

Sumário

Prefácio à segunda edição	XI
Prefácio à primeira edição e agradecimentos.....	XXXI
Introdução	1
1 — A problemática do dano moral	17
2 — Dignidade humana e dano moral: duas faces de uma moeda	57
2.1. O direito civil na era das incertezas	59
2.2. O conceito filosófico de dignidade	76
2.3. A expressão jurídica da dignidade humana	81
2.3.1. O direito à igualdade	86
2.3.2. A tutela da integridade psicofísica	93
2.3.3. O direito à liberdade	102
2.3.4. O direito-dever de solidariedade social	108
2.4. A concretização do princípio: a cláusula geral de tutela da pessoa	117
2.5. O dano moral como lesão à dignidade	129
3 — O que é e o que não é dano moral	141
3.1. Conceito e características do dano indenizável.....	143
3.2. Danos patrimoniais e danos extrapatrimoniais	155
3.3. Novas espécies de dano.....	165
3.4. A “injustiça” do dano	175
3.5. O dano moral segundo a metodologia civil-constitucional	182

4 — Caráter punitivo, além de compensatório?	193
4.1. A dicotomia público-privado e a exclusão da pena do âmbito da indenização	195
4.2. A criação da regra da imputação de responsabilidade	203
4.3. A concepção normativa de culpa: os padrões (<i>standards</i>) de conduta	209
4.4. A função punitiva (ou exemplar) e seus critérios constitutivos ...	217
4.5. Atualidade e complexidade dos <i>punitive damages</i> na experiência norte-americana	228
4.6. A tradição continental e a noção de <i>punitive damages</i>	253
4.7. Críticas à tese de um genérico caráter punitivo e menção à sua admissibilidade em hipóteses excepcionais	258
5 — Critérios valorativos e reparação integral	265
5.1. O papel do juiz no arbitramento do <i>quantum debeatur</i> e a indispensável motivação da decisão	267
5.2. Os principais critérios adotados pela jurisprudência nacional e o poder de controle do STJ	275
5.3. Análise crítica dos critérios consolidados	295
5.4. À guisa de conclusão propositiva: o critério da reparação integral	303
5.5. Um acórdão exemplar	312
Conclusão	319
Referências	335